

Está Morto o Consenso de Washington?

por Degol Hailu, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

A recente reunião em Londres do G20 elevou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a um novo nível. A sua capacidade de empréstimo foi triplicada para US\$ 750 bilhões. No rescaldo da II Guerra Mundial, o FMI foi criado para lidar com o declínio dos preços e a deterioração do comércio internacional. Durante os choques de preços do petróleo da década de 1970 o FMI tornou-se prestador de última instância, principalmente para países com problemas de balança de pagamentos. A crise da dívida do início dos anos 1980 na América Latina deu novo impulso ao Fundo. Em meados dos anos 1980, o FMI e o Banco Mundial tinham-se tornado arquitetos das políticas públicas em países de baixa renda. A crise financeira asiática de 1998 trouxe o FMI para a vanguarda da gestão de crises. Em 2009, estamos novamente em outro marco - o Fundo está de volta com ainda mais influência.

As práticas passadas de empréstimo do FMI, no entanto, não dão uma boa leitura. O Fundo enfiou o Consenso de Washington goela abaixo dos países de baixa e média renda, muitas vezes com pesadas condicionalidades. De acordo com Williamson (2000: 251), "Eu inventei o termo "Consenso de Washington" para se referir ao menor denominador comum de assessoria política que estava sendo dirigido pelas instituições baseadas em Washington para os países da América Latina". A assessoria incluiu a disciplina fiscal, reduzir as alíquotas de impostos; a liberalização das taxas de juro, taxas de câmbio competitivas, liberalização comercial, liberalização dos fluxos de capitais, privatização e desregulamentação dos preços e mercados.

O FMI afirmou que as suas condicionalidades foram projetadas para evitar risco moral e seleção adversa; proporcionar credibilidade às reformas, e para demonstrar compromisso com a mudança política. Aplicava a chamada Teoria da Agência ao financiamento ao desenvolvimento. Nos mercados financeiros privados, há uma assimetria de informação. A seleção adversa confunde a distinção entre um tomador de empréstimos viável e um potencial inadimplente. O risco moral fornece os incentivos errados para o tomador participar em ações de risco. Do mesmo modo, argumenta o FMI, os empréstimos concessionais podem ser um incentivo para os tomadores procurarem deliberadamente crises da balança de pagamentos, a fim de adquirir financiamentos e daí a necessidade de condicionalidades.

Será que o FMI proporcionará os novos recursos ao abrigo de um arranjo pós-Consenso de Washington? Será o financiamento livre de condicionalidades? A resposta é não. As políticas do Consenso de Washington e as condicionalidades associadas estão bem vivas. A partir de hoje, as receitas políticas são as mesmas que foram enumeradas por Williamson. Se a história é um guia para o futuro, elas não são susceptíveis de mudar em breve.

Só em 2008, havia 224 tipos de condicionalidades impostas a 15 países. A tabela lista apenas oito delas. A condicionalidade é maior na área de reformas fiscais, seguida pela liberalização financeira, privatização, reformas no comércio, ajustes cambiais e liberalização dos preços. Condicionalidades também são mais elevadas nos países menos desenvolvidos.

A verdade simples é que as condicionalidades são paternalistas. Elas se destinam a alterar comportamentos e induzir alterações nas estruturas econômicas, políticas e sociais. Elas também servem como uma espécie de garantia; em alguns casos, elas são uma forma de coerção para garantir a adoção de outras reformas que de outra maneira não seriam palatáveis. As condicionalidades desencadeiam conflitos entre o país beneficiário e os objetivos do prestador. O credor goza de poder de barganha sobre beneficiários financeiramente

dependentes através de controle da liberação das parcelas do crédito. O resultado é geralmente a favor do credor, cuja função catalítica e selo de aprovação dão-lhe poderosa alavancagem. Só por este motivo, empréstimos condicionais corroem a apropriação das reformas.

Os países em desenvolvimento estão em necessidade crítica de fluxos de capitais. Além do impacto da atual recessão mundial, eles ainda precisam de financiamento externo para complementar a poupança interna. A ajuda e os créditos multilaterais têm sido decepcionantes. Como Moyo (2009) argumenta, o que os países de baixa renda precisam é de financiamentos em carteira. Estes tipos de fluxos de capitais exigem alto risco de crédito. O FMI poderia criar mecanismos para o desenvolvimento dos mercados de títulos. Seria agir como o segurador, proporcionando garantias soberanas para proteger os detentores dos títulos contra possíveis inadimplências. Isso iria estabelecer as fundações para a tão necessária estratégia de saída da ajuda, ao invés de perpetuar um consenso falido junto com práticas gratuitas e punitivas dos empréstimos condicionais.

Receitas Políticas e Condicionalidades Impostas pelo FMI em 2008

Djibuti	Introduzir legislação para definir uma única taxa de IVA a 7 por cento até 2009.
Honduras	Ajustar tarifas no setor da eletricidade, em linha com a recuperação dos custos. Aumentar a taxa de juro em 25 pontos base.
Mali	Eliminar todas as isenções aduaneiras.
Níger	Reduzir a taxa de imposto sobre lucro de 35 para 30 por cento.
Paquistão	Eliminar subsídios à tarifa de eletricidade.
República do Congo	Introduzir comercialização e eliminação progressiva de subsídios nos preços de óleo combustível até 2011.
Ucrânia	Proibir práticas de uso de múltiplas moedas. Atingir um equilíbrio fiscal de zero.
Zâmbia	Ajustar tarifas no setor da eletricidade, em linha com a recuperação dos custos.

Fonte: FMI banco de dados on-line MONA.

Referências:

- Williamson, J. (2000). 'What Should the World Bank Think about the Washington Consensus?' World Bank Research Observer No. 15 (2), 251–264.
- Moyo, Dambisa (2009). Dead Aid: Why Aid Is Not Working and How There Is Another Way for Africa. London, Allen Lane.